

MEIO AMBIENTE

Justiça dá novo prazo para invasores desocuparem a área da Flona e manda abrir inquérito policial para responsabilizar quem jogou lixo e cortou madeira

Cerco aos destruidores

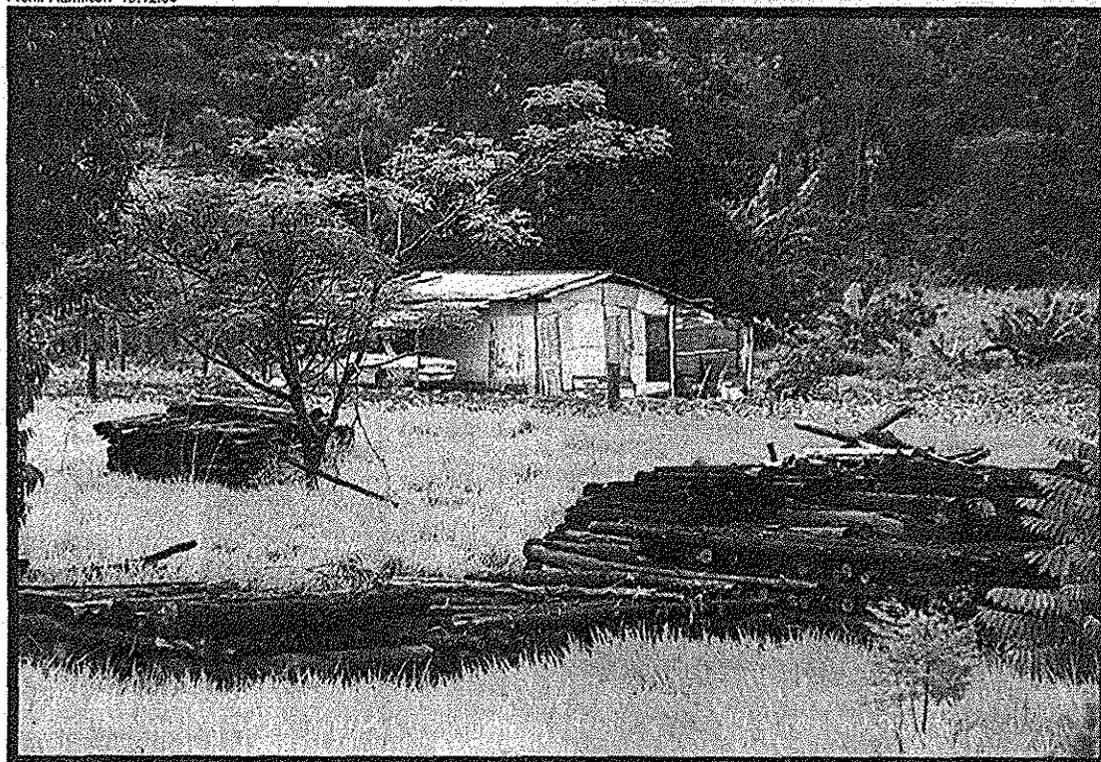
Kátia Marsicano
 Da equipe do Correio

Nehil Hamilton 15.12.00

A pós três horas de discussão para resolver o destino da Floresta Nacional de Brasília (Flona), o juiz da 9ª Vara Federal Antônio Correia concedeu novos prazos para que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) providenciem o cercamento e a desocupação da área. O juiz também determinou a abertura de dois inquéritos policiais na Polícia Federal ainda hoje, para apurar responsabilidade da Administração Regional de Taguatinga no depósito de entulho e lixo no local, e identificar os autores do corte irregular de madeira nos 9 mil 346 hectares de floresta.

A decisão foi tomada ontem, em audiência com representantes do Ibama e Terracap, União, Governo do DF, Ministério Público Federal e Fórum das ONG Ambientais — autor da ação civil pública contra o governo. O encontro foi mais uma tentativa de evitar que a Flona seja destruída pela grilagem, invasões e desmatamento.

Ibama e Terracap já tiveram seis meses, a contar da audiência de 29 de julho passado, para cumprir as ordens do juiz. Até hoje, continuam morando na floresta 498 famílias (2.050 pessoas). “Mas, afinal, o que foi feito até agora?”, quis saber o juiz. O presidente da Terracap, Herman Barbosa, tentou transferir a responsabilidade ao Ibama. “O relatório socioeconômico que tínhamos de fazer para identificar os moradores foi feito e



MADEIRA CORTADA DE FORMA CRIMINOSA NA ÁREA 3 DA FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA: O CASO É DE POLÍCIA

entregue”, rebateu a presidente do Ibama, Marília Marreco.

MELHOR ESTRATÉGIA

O procurador da República, Alexandre Camanho, já negociou a intervenção da Polícia Federal na área a partir de janeiro, quando estará concluído o dossiê da grilagem na Flona. Investigações confirmam o envolvimento de deputados distritais, empresários e delegados na venda ilegal de terras.

Para os ambientalistas, o maior problema da Flona não ficou resolvido. “A área 2, onde fica o assentamento 26 de Setembro, não foi contemplada dessa

vez”, preocupou-se o secretário executivo do Fórum, César Victor do Espírito Santo. Mas, segundo o procurador da República, por enquanto essa foi a melhor estratégia. “Os grileiros não serão esquecidos”, adianta.

A contar desta segunda-feira, a Terracap tem 30 dias para transferir em cartório, para o Ibama, a única área da Flona que está desocupada — a área 1 — localizada na DF-001, onde estão dois pontos de captação de água da Companhia de Saneamento de Brasília (Caesb).

Ao Ibama caberá notificar as 18 famílias que invadiram a área 4 (próximo a Brazlândia) e se

instalaram na margem dos córregos, para plantar e criar gado, destruindo a vegetação que protege os mananciais. “Na área 3, os invasores terão de sair”, disse Antônio Correia, determinando um prazo de 30 dias para que a Terracap cumpra a ordem judicial. É nela que estão 233 famílias dos assentamentos Maranata e Bela Vista.

Todas as áreas da Flona começam a ser cercadas na semana que vem, conforme garantiu a presidente do Ibama, Marília Marreco. A madeira apreendida recebeu autorização de venda do juiz e o dinheiro será aplicado no cercamento.